



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**UMA HISTORIOGRAFIA DA SECA: DE FENÔMENO  
CLIMÁTICO À CONSTRUÇÃO POLÍTICA**

**JOANA RAQUEL ALVES ROCHA**

**CAJAZEIRAS – PB  
2015**

JOANA RAQUEL ALVES ROCHA

**UMA HISTORIOGRAFIA DA SECA: DE FENÔMENO  
CLIMÁTICO À CONSTRUÇÃO POLÍTICA**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

**CAJAZEIRAS – PB  
2015**

JOANA RAQUEL ALVES ROCHA

**UMA HISTORIOGRAFIA DA SECA: DE FENÔMENO  
CLIMÁTICO À CONSTRUÇÃO POLÍTICA**

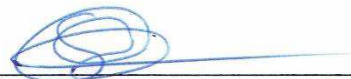
Aprovado em: 14 / 12 / 2015 .

*FFSoluwito*

---

**Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto**  
Orientador

  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Moreira Neto**  
Examinadora

  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Vieira de Sousa**  
Examinadora

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lucinete Fortunato**  
Suplente

CAJAZEIRAS – PB  
2015

## **DEDICO**

A Deus e a minha família, em especial a minha filha, ao meu esposo, a minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me ajudar nessa caminhada muito difícil de minha vida.

A minha família, que sempre me deu apoio para não desistir.

Ao meu orientador, Professor Dr. Francisco Firmino Sales Neto, que me ajudou no desenvolvimento desta pesquisa.

E a todos os professores do Curso de História que fizeram parte da minha formação acadêmica.

*“As coisas mudam no devagar depressa dos tempos”*

*João Guimarães Rosa*

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a historiografia da seca: de fenômeno climático à concepção de seca como fato histórico, político e social da região Nordeste do Brasil. Sobre esse tema já existe uma relativamente ampla bibliografia produzida. Porém, alguns historiadores defendem que, só a partir de 1877, a seca deixou de ser interpretada apenas como fenômeno climático e passou a ser analisada como problema político nacional. Essas discussões são apresentadas no trabalho de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, “Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba”, e na dissertação de mestrado de Durval Muniz de Albuquerque Junior, “Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877-1922)”. Neste trabalho, segundo o pensamento dos historiadores citados, buscamos analisar e entender como a seca, que era vista enquanto fenômeno climático, veio a ser percebida como uma construção política. O trabalho começa apresentando o lugar social dessas produções historiográficas, a partir de Michel de Certeau; em seguida, discutimos sobre o conceito de história de Albuquerque Júnior e Ferreira; e, por fim, tratamos da concepção de seca de cada autor.

**Palavras-chave:** Seca; Nordeste; Historiografia.

## ABSTRACT

This research analyzes the historiography of drought: weather phenomenon of the design dry as historical fact, political and social of the Northeast region of Brazil. On this topic there is already a relatively wide bibliography. However, some historians argue that, just from 1877, the drought ceased to be interpreted only as weather phenomenon and came to be considered as a national political issue. These discussions are presented in the works of Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, "*Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*", and the Master's thesis of Durval Muniz de Albuquerque Junior, "*Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877-1922)*". In this paper, according to the thinking of historians mentioned, we analyze and understand how the drought, which was seen as a weather phenomenon, came to be perceived as a political construction. The work begins by presenting the social position of these historiographical productions, from Michel de Certeau; then discussed the concept of history of Albuquerque Júnior and Ferreira; and, finally, treated in a dry design of each author.

**Keywords:** Drought; Northeast; Historiography.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – Uma história da seca no Nordeste.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Histórico da seca.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 A concepção de segundo técnicos, engenheiros e políticos.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO II – Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e a indústria da seca.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 O lugar social de Ferreira.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Sua concepção de história.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 A percepção da indústria da seca.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO III – Durval Muniz de Albuquerque Júnior e o discurso da seca.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 O lugar social de Albuquerque Júnior.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 Sua concepção de história.....</b>	<b>34</b>
<b>3.3 A seca como discurso/problema.....</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que está circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetido a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2008, p. 66).

Segundo Certeau, o lugar social depende de um elaborado de questões a serem trabalhadas no campo da história. Isso significa dizer que a pesquisa historiográfica está diretamente ligada ao meio social em que o historiador vive no momento em que realiza sua pesquisa. Esse lugar social demarca o trabalho do historiador e, logo, nos permite compreender as condições de produção de suas ideias. Nessa perspectiva, desenvolvemos um estudo de natureza historiográfica que se propõe a entender como a seca foi pesquisada e descrita por alguns historiadores, consolidando uma transição de leituras desse fenômeno climático enquanto uma construção política.

Entender a história da seca, partindo da perspectiva de fenômeno climático – segundo técnicos, engenheiros e administradores do período colonial; como também analisar a visão política dos historiadores Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no que diz respeito às questões relacionadas à seca de 1877: esse é o foco principal de discussão deste estudo. Isso nos possibilitará entender uma dada escrita da história da seca, que vai além das questões climáticas nordestinas. Segundo alguns historiadores, é importante entender as questões políticas que têm como marco desse discurso a seca de 1877, na medida em que a seca só passou a ser interpretada como um fato histórico e social a partir daquele momento.

Ao tentar delimitar e mapear essa questão, articulamos nossa análise ao espaço em que a seca costuma ser mais associado: o sertão nordestino do Brasil. Segundo Durval Muniz Albuquerque Júnior, o Nordeste é uma região gestada em inícios do século XX. Para ele,

O Nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que esse dispositivo da nacionalidade e essa formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento; por isso não expressa mais os simples interesses particularistas dos indivíduos, das famílias ou dos grupos oligárquicos estaduais. Ele é uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 67).

A construção do Nordeste parte do contexto político-cultural das reações e efeitos de perda de espaços econômicos e políticos sofridos pelos antigos produtores de algodão e açúcar do chamado antigo Norte agrário. Em virtude das crises hídricas existentes nessa região, o Governo Federal implementou um conjunto de obras realizadas contra as secas, procurando reordenar os impactos das estiagens para a economia nortista. Disso decorre, o fato da seca está diretamente relacionada à imagem da região espacial surgida nesse contexto: o Nordeste.

Esse tema é bastante conhecido por todos nós. Podemos observar vários questionamentos sobre o assunto, que vão desde questões climáticas a aspectos políticos e sociais. A produção bibliográfica disponível, em grande medida, foi realizada por administradores e historiadores tradicionalistas, propondo uma abordagem técnica sobre o tema que precisa ser revisada a partir dos atuais fundamentos teórico-metodológicos do campo da história. Só então poderemos compreender melhor esse problema histórico e historiográfico.

Este trabalho procura problematizar a história da seca desde o período colonial, quando era entendida apenas como fenômeno climático, até à seca de 1877, quando então podemos observar a seca como um problema mais amplo. Nos trabalhos de Lúcia Ferreira (1993), a seca é vista como um “inverno para os políticos”. Já Albuquerque Junior (1988) busca analisar a seca para além de um fenômeno natural, enxergando-a como fato histórico e social que pode sofrer modificações que variam dependendo do contexto social em inserido.

A produção desta pesquisa foi marcada pela orientação do estudo da história da seca, de acordo com as diversas interpretações dos historiadores e pesquisadores sobre o tema em destaque, partindo do pressuposto de entender a seca para além das questões climáticas: como um problema político a ser refletido e resolvido. Para isso, é importante

conhecer e entender o que foi escrito sobre a seca desde o período colonial, intercalando com a seca de 1877. Observarmos isso nos escritos dos historiadores Ferreira (1993) e Albuquerque Junior (1988), que explicam como a seca favorecia os políticos e como cada um lutava pelos seus próprios interesses, seja o indivíduo pobre seja o político.

A escolha dos historiadores Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988) foram importantes para realização desta pesquisa por que buscam analisar a história da seca no sentido mais amplo que não se prenda apenas as questões climáticas, ambos os historiadores buscam apresentar a história da seca a partir do marco que foi a seca de 1877 a 1922, analisando tanto as questões políticas como sociais de todo esse processo histórico.

O caminho metodológico se deu pela análise e interpretação historiográfica de dois estudos desses autores, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Durval Muniz de Albuquerque Júnior: respectivamente, "Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba" e "Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877-1922)". Ambos os historiadores trabalham com a história da seca e foram importantes para a problematização deste nosso trabalho. Além disso, em momentos específicos, trataremos de outras obras acerca do tema.

Esses recursos teórico-metodológicos serviram de suporte para a problematização deste trabalho, pois apresentam todo o percurso da seca em diversos períodos e também explicam a seca e suas transformações, através de várias interpretações, sejam essas climáticas ou políticas, servindo de contribuição para entendermos todo esse processo histórico.

O presente trabalho foi desenvolvido em três capítulos. O primeiro capítulo, **A história da seca no Nordeste**, apresenta um histórico da seca; o conceito de seca; como esta era vista no período colonial pelos técnicos, engenheiros e políticos, em relação às condições climáticas daquela região que os especialistas da área batizaram de "Nordeste seco".

No segundo capítulo, **Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e a indústria da seca**, faremos uma análise do livro de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, "Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba". No percurso do capítulo, vamos tratar da trajetória acadêmica da autora, suas contribuições e concepções de história e de seca e, por fim, analisar seu livro, que apresenta a seca de 1877 a 1992 através de uma análise política da Paraíba na

Primeira República e também da formação das oligarquias que inventaram a indústria da seca.

No terceiro capítulo, iremos tratar de **Durval Muniz Albuquerque Junior e o discurso da seca**, conhecendo sua trajetória acadêmica e sua concepção de história para, em seguida, analisarmos a dissertação de mestrado do autor: “Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877-1922)”, na qual apresenta os vários discursos da seca e seus interesses políticos correlatos

## CAPÍTULO I

### UMA HISTÓRIA DA SECA NO NORDESTE

Este capítulo busca apresentar uma história da seca no Nordeste e assim fornecer uma visão mais panorâmica do tema. Para isso, partimos do ponto de vista de entender o diagnóstico dado por engenheiros, técnicos e políticos sobre a questão no período colonial, quando as primeiras referências escritas a ela aparecem.

#### 1.1. Histórico da seca

Quando se pensa no Nordeste brasileiro, lembramos logo da seca, que seria uma característica peculiar e específica da região. A definição de seca é marcada pela falta de chuva e escassez de água, gerando consequências políticas e sociais. Existem várias formas de se pensar sobre a seca: na história, a seca é um fenômeno que existe já há muito tempo no Nordeste, sendo considerada um problema por alguns estudiosos e como um fenômeno climático e natural para outros. Para ambos, ela traz várias consequências sociais, como: falta de água, miséria, fome, migração da população para outros estados do país etc.

O termo “seca” refere-se ao tempo seco de longa duração. Durante a seca, a água disponível encontra-se abaixo dos parâmetros habituais de uma determinada região geográfica. Por conseguinte, a água não é suficiente para satisfazer as necessidades dos seres humanos, animais e plantas<sup>1</sup>.

Podemos ver, a partir do livro de Joaquim Alves (1982), *História das secas no século XVII a XIX* (1982), que dentre as consequências da seca durante o período colonial estava uma certa destruição de três Capitâneas: da Paraíba, Rio Grande (do Norte) e Ceará,

---

<sup>1</sup> PORTAL conceito de Seca. Disponível em: <<http://conceito.de/seca>>. Acesso em: 10/10/2014.

uma vez que acabou com os rebanhos de gado, vindo à falência da indústria da carne e campos desertos. O homem não conseguia mais recompor suas riquezas, pois em seguida vinham outras secas, procurando recomeçar a vida migrando para diferentes lugares como serras e brejos, onde a umidade garantia a produção agrícola e pecuária.

Ainda no século XVIII, houve um crescimento da população que vivia no espaço correspondente a atual região Nordeste, considerando a expansão dos territórios, a disseminação das fazendas nas áreas de criar, a aproximação do homem nos latifúndios e formando uma sociedade com características pastoris. Mesmo diante desse quadro de recuperação, a agricultura ainda deixou bastante a desejar, pois o homem não buscou desenvolver a agricultura em outros patamares diante da entrada de novas culturas em suas terras. Os administradores só teriam priorizado a mandioca, pois seria o bastante para atender as necessidades da população abrangida pelas secas (ALVES, 1982).

Pensando a seca a partir da perspectiva de Paulo Henrique Martinez (2000), que fala sobre o livro de Marco Antônio Villa, *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, podemos ver que a economia e a sociedade nordestina estiveram sob a ação dos governos estaduais e federais, de forma a registrar o comportamento dos governos políticos naquela região. Villa fala sobre os efeitos da seca que prejudicaram a economia regional, pois ele acredita que os problemas deveriam ser enfrentados, através, por exemplo, da reforma agrária, de estabelecimentos de lavouras secas e água para uso social através de recursos hídricos. Villa relata que os problemas da seca contribuíram para que a região Nordeste aparentemente não tivesse história. Diante desse caos, é como se com o passar dos tempos nada tivesse mudado. Sendo assim, o autor enfoca que o Nordeste estava vivendo um eterno passado.

Portanto, diante desse breve histórico da seca no Nordeste, entendemos que a seca trouxe várias consequências para os governos e para a população.

## **1.2. A concepção de seca segundo técnicos, engenheiros e políticos**

Ainda para o período colonial, podemos pensar como os engenheiros, técnicos e políticos tratavam a seca: primeiro falando sobre a questão da produção de açúcar em

meio às crises climáticas que acarretaram a morte dos escravos, em consequência da fome; e a partir de registros que falam como era a reação dos senhores donos de escravos em ajuda-los. Esses registros afirmavam, em favor de sua própria economia, que os senhores pediam novos escravos ao Rei, pois os seus haviam morrido de fome por causa da seca (ALVES, 1982).

No século XIX podemos perceber nos registros a participação de naturalistas e estudiosos da natureza brasileira, principalmente no período que vai desde as primeiras décadas do século. Também deixaram registrados em seus diários de viagens estudos realizados nas regiões em que visitavam, assim como também registravam os fatos históricos decorrentes das crises climáticas e também os eventos políticos daquele período.

Os engenheiros, políticos e estudiosos da segunda metade do século XIX davam atenção aos problemas climáticos da região denominada por eles de “Nordeste seco”. Além disso, podemos perceber vários escritos pelos cientistas brasileiros, valiosos trabalhos que mostram a evolução do nosso pensamento sobre as secas. De acordo com a análise dos estudos, podemos perceber que entre 1850 e 1900 os interesses por soluções dos problemas regionais buscavam a realização de obras que solucionassem o problema das secas.

Os trabalhos escritos pelos engenheiros, políticos e estudiosos eram formados por materiais bibliográficos que traziam conteúdos interessantes para a solução do problema da seca. Entretanto, estas soluções eram postas em prática apenas pela vaidade dos políticos do Império, pouco sendo feito em prol da população, gerando assim uma falta de ação para com a coletividade.

Alguns sertanejos não resistiam ao desequilíbrio econômico no qual se encontram, vindo assim a migrar para outras regiões em busca de melhores condições. Esta emigração que aconteceu nos séculos passados era fator inevitável diante das necessidades e esperanças de uma vida melhor, pois ainda não havia uma política eficiente, que pudesse aproveitar as terras devolutas, dividir os lotes, formar áreas de irrigação, açudes e distribuir entre os trabalhadores rurais para melhores condições de vida da população.

Abaixo, podemos ver um quadro das secas no século XIX, de acordo com os trabalhos de Fernando Gama, Senador Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, José Américo de



Almeida, Theófilo e Phelippe Guerra, João de Deus de Oliveira Dias e o estudo do professor Sampaio Ferraz.

**QUADRO 1 - SECAS NO SÉCULO XIX**

<b>CEARÁ</b>	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>PARAÍBA</b>	<b>PERNAMBUCO</b>
1804	1808	1803-1804	1819-1820
1810	1814	1824-1825	1824-1825
1824-1825	1825	1845-1846	1933-1835
1844-1845	1833	1877-1879	1845-1846
1877-1879	1845	1888-1889	1877-1879
1888-1889	1877-1879	1898	1888-1889
1898	1888-1889		1898
1900	1898		1900
	1900		

Fonte: (ALVES, 1982).

Podemos observar que no século XIX ocorreram oito secas no Ceará, nove no Rio Grande do Norte, seis na Paraíba e oito em Pernambuco. A partir das secas ocorridas nessas quatro Províncias/Estados do que viria a ser a região Nordeste, podemos perceber que a questão social das secas apresenta apenas foco regional, circunscrito por interesses locais.

Portanto, com esse breve histórico da seca, podemos entender que a concepção de seca está ligada à própria formação histórica do Brasil. Relatos sobre esses fenômenos climáticos aparecem em cronistas e em documentos remetidos ao Rei de Portugal, expondo os problemas causados pela estiagem: prejuízos econômicos na agricultura e na pecuária e morte dos escravos. Mas a concepção de seca ainda pode ser pensada mais além do que em sua dimensão climática, pois todo esse processo histórico ganhou novos contornos nos escritos produzidos na segunda metade do século XX. Seguiremos essa pesquisa, falando do papel dos políticos e estudiosos daquela época.

## CAPÍTULO II

### LUCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA E A INDÚSTRIA DA SECA

Neste capítulo iremos analisar a visão de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993) sobre a seca por meio de sua pesquisa/livro: *Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*, no qual a autora faz uma discussão das relações de poder no período de secas entre 1877 a 1922, destacando, principalmente, todo o processo político da época. A historiadora Ferreira também trata de alguns momentos do período da Primeira República, das oligarquias, dos órgãos responsáveis no combate à seca e, por fim, destaca que esse período pós-1877 pode ser denominado como do funcionamento de uma indústria da seca. Nos próximos sub-tópicos trabalharemos o lugar social da autora, partindo desde a sua formação acadêmica e suas pesquisas até os dias atuais. Em seguida, mostraremos o seu ponto de vista sobre a história e, por último, a concepção de Ferreira sobre a seca a partir do referido livro.

#### 2.1. O lugar social de Ferreira

O livro *Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*, que é uma modificação da dissertação de Ferreira, *Estrutura de Poder e secas na Paraíba (1877/1922)*, discute as relações políticas e de poder em torno da seca. Segundo a autora, o tema da seca não deixa de ser um clássico da historiografia regional, que se relaciona a um outro tema destacado: as oligarquias. Ferreira (1993) considera que a sociedade ainda continua instituída por grupos fechados às transformações sociais, dependendo da mesma arcaica “indústria da seca” e se mantendo no poder explorando as massas camponesas a partir da falsa motivação da resolução dos problemas das estiagens.



**FIGURAS 1 E 2:** Capa do livro “Raízes da Indústria da Seca” e fotografia da autora.  
Fonte: (FERREIRA,1993).

A historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira é natural de João Pessoa, no estado da Paraíba. Sua carreira acadêmica iniciou com a graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1975/77); é mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco; fez especialização em cultura Afro-Brasileira na Universidade Federal da Paraíba (1988), e é doutora pela Universidade de São Paulo (1990/94), tendo como tema de sua tese “Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1894/1910)”. O seu interesse pelo magistério se deu ainda jovem, quando lecionou história em diversas escolas da capital paraibana nas séries de 1º e 2º graus, de 1976 a 1985. Depois lecionou na Universidade Federal da Paraíba, ministrando as disciplinas de Sociologia Geral, no Departamento de Ciências Sociais; ainda lecionou Sociologia e Antropologia, no Curso de História (Campus II) e História (CAMPUS I), em 1987.

Ferreira é pesquisadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPB, desde 1982. Suas atividades são múltiplas. Além de Professora Adjunta, com dedicação exclusiva, no Departamento de História da UFPB, desempenhou vários papéis: Coordenadora do Projeto de Organização dos Cursos e

Programas de Extensão, em 1996; Coordenadora do Projeto de Organização do Arquivo da CCLHA, em 1997; também foi Presidente da Comissão de Avaliação dos Documentos do Arquivo Geral da Reitoria da UFPB, em 1998; foi Pró-Reitora Associada de Extensão e Assuntos Comunitários em 1999; além disso, esteve como Coordenadora do Projeto Apoio à organização dos municípios das crianças do Estado da Paraíba (Cariri e Compartimento da Borborema), em 1998; mais à frente, em janeiro de 2000, foi Coordenadora do Projeto Ação Interdisciplinar de Sobrado/PB; ainda foi Membro do Conselho Editorial da Revista *Saeculum*, do Departamento de História da UFPB, e Membro do Conselho Editorial da Revista *Debates Regionais*, do NDIHR/UFPB.

Atualmente, Lucia Guerra é professora Associada da Universidade Federal da Paraíba, sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e integra a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, que pesquisa os crimes cometidos pela ditadura militar no estado.

Podemos ver que a trajetória acadêmica de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira é bastante extensa, tendo desenvolvido vários trabalhos. Dentre eles, foi Coordenadora do Projeto “Tradição Cultural da Paraíba: Organização e Preservação Documental do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano”, da biblioteca do IHGP e Arquivo Documental “Flávio Maroja”, trabalhando junto com a UFPB para edição de cinco catálogos.

Ainda participou de vários congressos científicos, com palestras e debates. Inúmeros são os trabalhos que Lúcia Guerra publicou em veículos científicos especializados e jornais. Foram muitos os trabalhos publicados pela autora, os que mais se destacam são: *A Coluna Prestes e a Paraíba*; *Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*; *Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba*; *Inventário do arquivo Eclesiástico da Paraíba*; *Catálogo dos Processos de Ordenação*; *Inventário do Arquivo “Flávio Maroja” do IHGP* (LATTES, 2015).

Seguindo a carreira de historiadora, ingressou como sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, no exato dia de 23 de março de 2001, sendo congratulada pelo historiador Hélio Zenaide (PORTAL DO IHGP). Deste modo, percebe-se a extensa carreira e produção de Ferreira, produzindo em uma interface entre o saber acadêmico-científico e o saber erudito desenvolvido nos Institutos Históricos. Isso significa dizer que seu lugar social se desloca entre essas duas perspectivas do saber.

## 2.2. Sua concepção de história

A concepção de história de Lúcia Ferreira se baseia na história política, mostrando através do período que vai de 1877 a 1922 que podemos entender melhor o processo político e histórico das secas. Segundo a autora, não seria possível entender a seca sem conhecermos o seu processo iniciado em 1877, marcado pelas intervenções do Estado na região Norte. A partir daí a seca passou a atingir seu patamar de calamidade pública, ou seja, a seca deixou de ser apenas um problema regional e se expandiu nacionalmente. Isso possibilitou iniciativas governamentais que trouxeram como referência o nascimento da **indústria da seca**, termo utilizado por Ferreira em seu livro. Já o ano de 1922 teve como marco o fim da intervenção do Governo Federal e também corresponde à última seca ocorrida na Primeira República.

A obra de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira apresenta a história da seca como sendo um fato que vem sendo questionado há muito tempo, uma vez que as mudanças só favoreciam os políticos enquanto a população ficava à mercê das necessidades principais de sobrevivência. Então, o que Ferreira nos mostra é como a Paraíba, desde a Primeira República, era formada por grupos ou governos oligárquicos e coronelistas responsáveis pelo surgimento da indústria da seca. Por que esse tema é tão questionado no seu livro? Quais indagações foram levantadas a respeito desse assunto? É isso que iremos ver no destrinchar dessa pesquisa.

Diante da perspectiva de Ferreira (1993), podemos ver que a Paraíba na Primeira República era um estado oligárquico. Iremos ver mais definidamente quem fazia parte dessas oligarquias políticas, quem eram os beneficiados com essa política que não se dava apenas a nível regional, mas também nacional:

Para exercer o controle da vida política do Estado, a oligarquia lançava mão de vários instrumentos, dentre eles o empreguismo, o nepotismo e a corrupção eleitoral, levando a uma situação difícil e insustentável aquele que se colocasse em oposição ao governo estadual (FERREIRA, 1993, p. 19).

A autora afirma que estas oligarquias existiram por muito tempo no sertão e, apesar de muita coisa ter mudado, o passado parece se reproduzir no presente através dessas famílias e personagens que tem poder e influência no campo político. A política, como tratado por ela, seria o lugar da busca por interesses próprios:

Desde o Império, os municípios brasileiros eram verdadeiros feudos políticos sob o domínio das autoridades locais. Com a implantação do regime republicano, esse período floresceu o chamado **coronelismo** (FERREIRA, 1993, p.22).

O coronelismo era uma política controlada por coronéis, ou seja, por ricos fazendeiros que compravam votos para os seus candidatos em troca de favores ou objetos materiais. Logo que o voto se tornou livre, os coronéis intimidaram os eleitores com seus capangas nos locais de votação. Essas tramas marcam o conhecido “voto de cabresto”:

O termo “coronel” surge quando em 1831 é criada a Guarda Nacional, que terá grande destaque sufocando rebeliões regionais e na Guerra do Paraguai. Para ter o título de coronel era preciso pagar uma soma, com o que muitos não podiam arcar. Com isso, sobrepunha-se muitas vezes o poder econômico obtido de forma censitária. O sistema coronelista se erige em um tripé: os acordos entre “coronéis” e lideranças políticas estaduais (coronelismo), a concentração fundiária (enxada) e um déficit de economia municipal que permite o surgimento do voto de cabresto (voto) (AGUIAR, 2009, p. 416).

Podemos ver que de acordo com Aguiar (2009), a estrutura política do coronelismo se caracterizava por chefes políticos locais, os coronéis, que eram grandes proprietários de terras, emanados de seu poderio econômico, controlando a política regional através, sobretudo, do chamado voto de cabresto.

O papel dos coronéis na dinâmica do Estado Oligárquico era de apanhar os votos de cabresto que sustentavam o partido situacionista. Para explicar suas concepções Ferreira (1993) dialoga com autores clássicos do sistema político brasileiro, como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), que vê o coronelismo como uma política tradicionalista do Brasil na Primeira República formada por grupos de laços de sangue e parentesco que

controlavam o setor político e econômico de determinada Província. O coronel também utilizava esses votos para atender não só a seus interesses próprios, mas também ajudavam parentes e clientelas. Além disso, buscavam atender às necessidades básicas apenas para manter a ordem.

Segundo Ferreira (1993), os trabalhadores rurais afirmavam que a questão a ser resolvida não estava na seca, mas nas necessidades da população que convivia com esse fenômeno natural havia muito tempo; bem como, a necessidade de reforma agrária; e que os políticos deixassem de enganar o povo com promessas ilusórias, ficando assim a romaria de retirantes por décadas em lutas.

A ênfase na dimensão política da Primeira República, respaldada por fontes do governo e pelo diálogo com uma historiografia política hoje considerada tradicional, nos leva a formular uma concepção de história como área do saber onde os fenômenos políticos eram estudados. Para Ferreira, a história era o saber apropriado para a compreensão da política. Mesmo que dialogando com autores e análises tidas hoje como conservadoras, como as de Maria Isaura Pereira de Queiroz, percebe-se que o trabalho de Ferreira representou uma importante contribuição para a história política, especialmente no contexto de sua produção. Ganhava força uma versão para a história da seca que deslocava a análise de sua dimensão natural para a sua dimensão política.

### **2.3. A percepção da indústria da seca**

Ferreira afirma que seu livro, *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*, é uma conquista não apenas sua, mas também das Ciências Sociais no Nordeste. Podemos dizer que a concepção da autora é que a seca na Paraíba foi transformada em um aparelho de enriquecer a elite, em prejuízo da sociedade sertaneja. Ela afirma que seu trabalho foi desenvolvido com válida coerência metodológica e mostra a realidade “de uma reminiscência elitista formada por grupos políticos, oligarquias fortes, valentes e ultrapassadas, formando assim uma retentiva que maneja a estiagem para reprocessar um poder que diminui espaços de cidadania” (FERREIRA, 1993, p. 09). E continua:

Seca, no rigor léxico, significa estiagem, falta de umidade. Da chuva provém a água necessária à vida na terra. O problema das secas, assim

encarado, simplesmente o problema d'água; isto é, do seu suprimento. Mas a palavra seca, referida a uma porção de território habitado pelo homem, tem significação muito mais compreensiva com efeito, o fenômeno físico da escassez da chuva influi no homem de uma região pela alteração profunda das condições econômicas que se refletem na ordem social.

Assim encarada, a seca é um fenômeno muito vasto, de natureza tanto física como econômica e social. O problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Verdadeiramente não há um problema, há problemas (Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Conferência pronunciada em 1913. SOUZA *et al.*, 1980, p. 110 apud FERREIRA, 1993, p. 13).

A historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993) começa trazendo na introdução da sua obra o conceito de seca segundo a citação de Souza (1980). Ela parte da perspectiva que o fenômeno das secas é um tema clássico e preocupante aos nordestinos, porque existiu no passado e permanece no presente. Isso chamou a atenção dela para trabalhar com esse tema. Considerando que a permanência dos efeitos da seca foi o que influenciou na história do Nordeste, decidiu trabalhar com esse tema em relação à Paraíba, já que foram registradas poucas mudanças com o passar dos tempos no que se refere ao combate às secas.

A estrutura do livro de Lúcia Ferreira, versão modificada da dissertação “Estrutura de Poder e Secas na Paraíba (1877/1922)”, parte da perspectiva de análise da Paraíba, como se deu o nascimento da indústria da seca, o combate às secas e as oligarquias Alvarista e Epitacista.

Na perspectiva de Ferreira (1993), a política de combate à seca deixa muito a desejar devido ao uso indevido do dinheiro público, pois como iremos ver no decorrer deste trabalho, as obras eram realizadas pelo governo e os políticos se favoreciam das verbas, enquanto a população passava por necessidades básicas de sobrevivência. Ferreira se refere à permanência das causas da seca afirmando que, apesar da evolução de novas descobertas e avanços tecnológicos, a solução do problema da seca continuava lento, justamente por conta das apropriações indevidas dos recursos públicos.

Segundo ela, as obras realizadas por órgãos federais como, por exemplo, a política de açudagem, tinham como ponto estratégico beneficiar os proprietários de terras. Isso faz levantar a questão de que foram feitos muitos açudes, mas com o problema de que todos eram de uso privatizado, sendo os beneficiados aqueles que tinham parentesco com políticos do Estado:



Ao nos referirmos à permanência dos efeitos das secas, não queremos dizer que o tempo parou. A tecnologia avançou, mas a sua implementação não ocorre no mesmo ritmo. Permanece a utilização das secas como fonte de benefícios para uns em detrimento de muitos, embora a roupagem, as formas, tenham mudado. Os mecanismos de apropriação de investimentos da União, pelos grandes proprietários sob o aspecto climático e como causadoras de todos os males econômicos e sociais da região Nordeste, e a que percebe as secas em um contexto mais amplo, sem coloca-las como fator determinante da situação socioeconômica nordestina (FERREIRA, 1993, p. 14).

Para Ferreira (1993), o tema da seca foi abordado por vários discursos historiográficos, que se dividem em duas correntes: as que destacam os fatores climáticos e os que tratam de aspectos socioeconômicos do Nordeste. A autora cita a discussão do trabalho de Irineu Joffily (1892), que trata dos aspectos geográficos e até econômicos, e defende o discurso de que a solução para os problemas da seca tem como base o desenvolvimento agropecuário no sertão, considerando importante a multiplicação da construção de açudes.

Outro autor de grande nome que se destaca no livro de Ferreira (1993) é José Américo de Almeida (1923) com sua obra *A Paraíba e seus problemas*, que também se coloca no discurso dessa segunda corrente. De acordo com Almeida, as secas são responsáveis pelo atraso da organização social e econômica, não havia nenhum estímulo dos poderes centrais.

Lúcia Ferreira (1993) destaca ainda outra corrente historiográfica da década de 1950 que realiza estudos sobre a região nordestina. São citados como exemplo os trabalhos de Celso Furtado, Rômulo Almeida, Francisco de Oliveira, que fazem discussões do ponto de vista socioeconômico da região: como era a relação entre os fazendeiros e os camponeses, assim como também a atuação do governo federal no combate às secas.

Ferreira, portanto, toma posicionamento pela segunda corrente historiográfica apresentada. Segundo a autora, o objetivo de seu trabalho não é abordar o tema em toda sua plenitude, mas busca privilegiar os fatores políticos, como a estrutura de poder, que é a razão principal para identificar os fundamentos do porquê de continuar a ser a seca um flagelo público:

A realidade é que nessa seca tudo, aparentemente, foi decidido com muito desleixo. Como já disse, há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio. Na Paraíba, por exemplo, havia as fortunas feitas pela seca; diversas fortunas de Campina Grande decorriam de vantagens públicas. Isso mostra a ligação entre a máquina política, o controle da administração [...] (FURTADO, 1998, p. 25).

Esse pensamento de Furtado (1998) define que a seca é um problema para os pobres, mas para os políticos só trouxe vantagens econômicas. O autor trata a seca como um negócio que gera muito dinheiro. Fortunas foram criadas no período de seca em Campina Grande, por exemplo, que emanavam das vantagens públicas.

A relação entre Estado e seca já serviu de tema para vários estudos que procuraram sistematizar as fases da política econômica federal e das soluções apresentadas. Como se vê:

<b>Fases</b>	<b>Soluções</b>
1ª- a humanitária	1ª- hidráulica
2ª- de reconhecimento	2ª- das estradas
3ª- de intervenção	3ª- ecológica
4ª- de diferenciação	4ª- do dry-farming (cultura seca)
5ª- de integração	5ª- compósita

(FERREIRA, 1993, p. 6).

Para Ferreira (1993), de acordo com essa sistematização é possível identificar um conjunto de elementos históricos e técnicos do problema das secas, que se deu em várias épocas, dando ênfase, no referido estudo, aos três primeiros pontos citados em relação à atuação do Estado.

Como Ferreira define essa sistematização é muito simples: no humanitário, o Estado se limita ao envio de ajudas à população sertaneja que sofre com a seca; no reconhecimento, podemos ver uma elaboração de estudos e organização na região Nordeste; na intervenção, o Estado atua por meio da criação de órgãos governamentais;

já em relação aos recursos técnicos, as mais comuns são a construção de açudes e de vias de comunicação, que foram as únicas que saíram do papel em 1922.

Podemos ver que o estudo de Ferreira está voltado à estrutura de poder que se deu na região Nordeste a partir dos problemas enfrentados durante a seca. Seu trabalho tem como destaque conhecer o contexto sócio-político e econômico da época. E vai mais além, considerando a criação e organização das oligarquias que se formaram e se estruturaram em virtude dos benefícios adquiridos através da seca:

A primeira iniciativa oficial no sentido de promover estudos sobre o interior do Brasil ocorreu através da lei nº 884, de 1856, que nomeava uma comissão de engenheiros e naturalista. Dos seis componentes, dois escreveram sobre as secas: Giácomo Raja Gabaglia e Guilherme S. Capanema. Muitos outros trabalhos surgiram na segunda metade do século XIX, apontando soluções para o problema de estiagem prolongada (FERREIRA, 1993, p. 5).

Vemos que a iniciativa do Governo Federal entrou em vigor bem antes da grande seca de 1877, mas muitos dos projetos contra as secas foram usados pelos governos do sertão para adquirir esses recursos em favor dos seus próprios interesses econômicos. Portanto, a autora aponta que foi nesse período que surgiu a indústria da seca, quando os governos locais faziam o mau uso das verbas adquiridas através dos socorros públicos:

A ação do governo imperial nos períodos da seca se dava através dos chamados **socorros públicos**, que tinham um caráter puramente assistencial, quase caritativo, com a distribuição de gêneros alimentícios e remédios. Assim ocorreu nas secas de 1877/79, 1888/89 e 1903/04, esta já no regime republicano (FERREIRA, 1993, p.61).

A autora destaca que essa política de ações governamentais se iniciou nas secas de 1877/79, 1888/89 e 1903/04, fazendo nascer tal indústria. Mas, por que isso aconteceu? Essa política de socorro às vítimas da seca nada mais era que uma política de troca de favores entre coronéis e instâncias de governo, de modo que os mesmos uniam seu poder para conseguir benefícios próprios de seus grupos. Essa indústria funcionava através de desvio de verbas e gêneros alimentícios pelos membros das comissões de socorros e, para

conseguir investimentos governamentais, usavam a seca como meio de conscientização e comoção para conseguir vantagens e benefícios.

Essas comissões eram formadas por membros respeitados da sociedade, como delegados, vigários, juízes de paz e coletores de renda, que sacavam para si, parentes e protegidos. Com diversas denúncias que chegaram no parlamento Imperial, afirma que essas verbas só enriqueciam os donos locais do poder. Como os flagelados da seca não viam esses benefícios, foi suspensa a distribuição de verbas, pois a situação do tesouro nacional não poderia suportar:

A divulgação da má aplicação dos socorros públicos, dos desvios de verbas e do direcionamento de certas obras sempre em benefício de uma minoria ou, em outras palavras, a atuação dos **industriais da seca**, serviu de tema para debates tanto no parlamento Imperial como no Congresso Nacional (FERREIRA, 1993, p. 73).

Ferreira (1993) faz uso da fala do deputado Eloy de Sousa, em 1938, na qual o mesmo nega a existência da indústria da seca e ainda diz que esses comentários anônimos não têm fundamentos diante dos sintomas da seca; e ainda ressalta que foi criada no país uma lenda sobre o Nordeste de que haveria uma indústria da seca e que, sempre que os governos a anunciavam e buscavam soluções para minimizar os efeitos, os membros do Legislativo eram alvos de especulações:

A partir da seca de 1903/1904, o Governo Federal se lançou, ainda que timidamente, no projeto de tomar o combate aos efeitos das secas contínuas, atendendo aos interesses nordestinos (FERREIRA, 1993, p.75).

A autora também fala a respeito do presidente Campos Sales (1899/1902), que assumiu compromissos com as esferas federal e estadual. Todavia, não atendeu a certas reivindicações devido às medidas econômicas de restauração das finanças. Então, seu sucessor, Rodrigues Alves (1903/1906), declarou que o país tinha boas condições para resolver as questões da seca e criou três comissões para resolver os problemas de forma

permanente, que foram a construção de açudes e irrigação no Ceará, estudos e obras contra os efeitos das secas e a perfuração de poços no Estado do Rio Grande do Norte.

Segundo a avaliação feita pelo engenheiro Raimundo Pereira da Silva, o resultado dos trabalhos dessas comissões, 1904 a 1909, não foi dos mais positivos, a começar pelo atendimento desigual aos Estados (FERREIRA, 1993, p.76).

Diante dos estudos realizados, enquanto no Rio Grande do Norte foram feitos diversos açudes, na Paraíba foi feito apenas um; e enquanto eram perfurados vários poços no Rio Grande do Norte, apenas dois foram perfurados em Campina Grande, no estado da Paraíba. Como vimos, a existência dessas comissões não significava que os problemas nordestinos fossem vistos como prioridade nacional, mas prioridades locais, sobretudo na Paraíba.

O ano de 1909 foi de criação da primeira fase da Inspetoria de Obras Contra as Secas, que tinha um trabalho pioneiro e era composto por uma equipe de engenheiros e técnicos. Tinha como objetivo fazer levantamentos das obras públicas que foram feitas no Governo Federal até 1909, como também os açudes particulares viventes naquela data e região.

Também são bastante discutidas no livro de Ferreira (1993) as oligarquias denominadas Alvarista e Epitacista. O governo de Álvaro Machado, de 1892 a 1912, no qual foi presidente duas vezes, sendo que o maior tempo no governo foi na função de vice-presidente, já que o mesmo era o segundo expoente da oligarquia:

Durante o domínio do Alvarismo, a Paraíba enfrentou a seca de 1903 e os repiquetes de 1898, 1900 e 1908, que muito abalaram a economia do Estado. O sistema adotado foi o mesmo do regime anterior – comissões de socorros públicos instaladas em diversas localidades para distribuição de alimentos e sementes. E os vícios eram os de sempre: má partilha e desvios (FERREIRA, 1993, p. 113).

O que Ferreira apresenta sobre a oligarquia denominada Alvarista é que as mudanças foram poucas. Com o passar do tempo, as medidas adotadas constituíam as

mesmas do regime anterior, como os grupos de assistência de socorros públicos em diversas cidades para distribuir alimentos e sementes. E mesmo assim continuavam as corrupções da má divisão e irregularidade com as verbas.

Para não dizer que não foi feita nenhuma obra, em 1894 o Governo Federal assinalou uma Lei Orçamentária para que fossem construídos pequenos açudes nos estados do Nordeste. Na Paraíba foram erguidos apenas alguns açudes no interior e um na capital.

Com a seca de 1903, confluíu para a capital paraibana um grande número de retirantes, logo aproveitados como mão-de-obra para as obras públicas. O pagamento era feito com gêneros alimentícios e remédios provenientes dos socorros públicos. Um dos serviços executados foi a reconstrução do prédio da Assembleia Legislativa (FERREIRA, 1993, p. 114).

Foi criada uma lei para regulamentar os ofícios e para preservar as implicações da seca na Paraíba. Para diminuir os efeitos das secas na Paraíba, foi promulgada a lei nº 216 de 10/11/1904, que estabelecia aos municípios um percentual fixo de suas rendas anuais, que era de 20%. Para que fossem executados esses serviços, a verba não poderia ser desviada para outros fins. Todavia, essa lei estava relacionada a todos os municípios do Estado, mas não chegou a ser executada e foi designada como mais uma das **leis mortas**.

Com o fim do governo Machado, em 1912, passa a existir o ultimato chamado **“política de salvação”** que foi posta em prática pelo presidente Hermes da Fonseca. Também participaram dessa política o coronel Rego Barros, que foi apoiado por vários chefes políticos insatisfeitos e com medo de perderem sua posição. Alvaristas resolveram entrar em acordo com os Epitacistas.

Ainda no ano de 1912 foi lançada a candidatura a presidente de João Pereira de Castro Pinto, em acordo com as duas oligarquias. Um dos vice-presidentes foi o irmão de Epitácio, Antônio da Silva Pessoa. Assim podemos perceber que esse foi o fim da oligarquia Alvarista na Paraíba e, por coincidência, no mesmo ano morreu Álvaro Machado. “A neutralidade do governo Castro Pinto terminou por incomodar as duas facções, que queriam melhor tratamento. Epitácio Pessoa demonstra a sua insatisfação

cobrando um posicionamento do Presidente do Estado” (FERREIRA, 1993, p. 115). Devido ao acordo feito a serviço do Estado, teriam direitos a posições e favores oficiais e os adversários não teriam direito a nenhuma verba política e também seriam privados de qualquer absolvição do Estado. Já os Alvaristas acusaram Castro Pinto de favorecer apenas planos do Epitacismo. Diante dos fatos o acordo foi rompido perto das eleições e logo após Castro Pinto renunciou, assumindo Antônio Pessoa.

Podemos entender que, através da ação dessas oligarquias, observa-se a formação da **indústria da seca**. Os coronéis não necessitavam mais aguardar a chegada da seca para tirarem proveito dos benefícios políticos e econômicos, pois todo ano verbas eram destinadas à região. E as inspetorias eram dominadas pelas oligarquias beneficiando, no fim, os coronéis com as obras e verbas. O livro de Ferreira (1993), portanto, dá grande destaque às questões políticas para explicar como se consolida uma nova perspectiva de enxergar a seca: uma rentável indústria política de favorecimento das verbas públicas – ao que a autora chamou de *indústria da seca*.

## CAPÍTULO III

### DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JUNIOR E O DISCURSO DA SECA

Neste capítulo iremos analisar a obra do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a sua contribuição no campo da história e também analisar sua dissertação de mestrado, que tem como título: *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877-1922)*. Nossa proposta nesse capítulo é mostrar o ponto de vista de Albuquerque Junior sobre a seca, perfazendo um trajeto parecido com o do segundo capítulo, começando pela trajetória acadêmica do autor, desde sua graduação até os dias de hoje; apresentando um pouco de seu lugar social; explicando seus posicionamentos e ideias sobre história; e, por último, trabalhando com a sua dissertação, de fato, trazendo os principais pontos do seu trabalho, como foi produzido o “discurso da seca”, assim como as questões levantadas por ele em sua pesquisa.

#### 3.1. O lugar social de Albuquerque Junior

A trajetória acadêmica do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior é bastante extensa. É um professor e escritor de grande renome no campo da História. A sua formação acadêmica na área se expressa nos vários títulos acadêmicos: graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1982); fez o mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988); é doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (1994); e fez pós-doutorados na Universidade de Barcelona (Espanha) e na Universidade de Coimbra (Portugal). Atualmente é colaborador da Universidade Federal de Pernambuco, como também



professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, Nordeste, masculinidade, identidade, cultura, biografia histórica e produção de subjetividade. Também foi presidente da ANPUH-Associação Nacional de História (2009-2011) (LATTES, 2015). Portanto, seu lugar social de produção é acadêmico, produzindo uma obra marcadamente científica.



**FIGURA 3:** Durval Junior. Fonte: PLATAFORMA LATTES. Durval Muniz de Albuquerque Junior. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7585947992338412>>. Acesso em: 02/11/2014.

O tema que está ligado a este trabalho é a perspectiva que tem Durval Muniz Albuquerque Junior da história do Nordeste, mais especificamente da historiografia da seca na Paraíba. Sendo assim, não poderia deixar de comentar e trabalhar na minha pesquisa com sua dissertação de mestrado: *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877 – 1922)*. Outras obras de renome do autor foram: *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2011), *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar* (2012) e *História: a arte de inventar o passado* (2007). O autor, além disso, escreveu vários livros e artigos na área de Teoria da História, História Cultural dos espaços e Estudos de Gênero (LATTES, 2015).

Albuquerque Junior busca, através da sua pesquisa, abordar o período que vai desde a seca de 1877 a de 1922. Seu trabalho faz uma análise a partir da seca de 1877, que passou a ser um assunto discutido como dificuldade a nível regional e nacional, levando a formação do discurso da seca e designando, assim, como um assunto de referência daquela região. Albuquerque Junior (1988) procura na sua pesquisa perceber como o discurso da seca foi formado em torno desse fato, que foi transformado em tema distintivo da região, explicação de todos problemas enfrentados na Província, como forma para conseguir benefícios, aquisições na região e a conservação das relações de poder nesse período.

Albuquerque Junior (1988) vai cruzar várias alocações que falam sobre o problema da seca no Nordeste, que vai desde o discurso popular até o oligárquico, como também o discurso da Igreja, dos técnicos e da literatura regionalista. Todos irão atribuir valores à imagem da seca e assim atrelar a mesma a outros temas de interesse dependendo do grupo ou instituição social pertencente.

### **3.2. Sua concepção de história**

Atualmente quando se faz história – história das ideias, do conhecimento ou simplesmente história – atemo-nos a esse sujeito de conhecimento e a verdade aparece. Seria interessante que tentássemos ver como se produz, através da história, a constituição de um sujeito que não está dado de antemão, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo desta e que a cada instante, é fundado e refundado por ela. (...) Isto é, minha opinião, o que deve ser levado a cabo: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que formam parte das práticas sociais (FOUCAULT *apud* RAGO, 1995, [s. p.]).

O pensamento de Foucault nos mostra como deve a história ser pensada de forma diferente, que não seja apenas uma história “de verdade”, mas de como podemos entender o processo de transformações dos sujeitos na história.

No artigo de Rago (1995), *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*, a autora busca refletir sobre a concepção de Foucault a respeito de diferentes formas de se pensar

a história, por meio do pensamento epistemológico, fazendo com que o historiador possa entender a história sendo estudada não mais apenas de fontes documentais que se dizem verídicas. Para Foucault, a história se dá a partir de experiências cotidianas de cada indivíduo, dependendo do contexto social em que se encaixe, gerando, assim, as relações de força e de poder.

No presente artigo também podemos ver que foi citada a dissertação de Albuquerque Junior que fala da invenção da seca no que viria ser o Nordeste, onde o mesmo fez uma análise sobre os vários discursos sobre a seca. Na sua leitura, Albuquerque Junior quer mostrar que os regionalistas e modernistas desviam o caminho da história para outra região, já que pensavam o Nordeste como um lugar que não tinha história. A interpretação que Rago (1995) faz é que o estudo de Albuquerque Júnior sobre a seca representa um dos primeiros impactos da teoria foucaultiana na historiografia brasileira. Nesse sentido, a concepção de história de Durval Muniz passa pela recepção da teoria de Foucault acerca da relação poder/saber e de sua metodologia da análise do discurso.

A partir de uma entrevista de Durval Muniz de Albuquerque Junior dada à Revista *Territórios e Fronteiras*, em julho de 2012, podemos perceber, quando perguntado sobre a sua concepção de história, que ele parte do ponto de vista de que se a história é vida. O historiador tem que partir do pressuposto de que a escrita da história deve atravessar todas as dimensões do humano e da vida humana, sendo que a historiografia passou muito tempo presa a temas políticos ou econômicos, deixando de lado os sentimentos, as emoções e os afetos. Ele ressalta que, apesar da noção moderna definir o homem pela racionalidade, para ele, o homem nunca conseguiu ser só razão, isto é, o homem jamais conseguiu se limitar apenas à razão.

Segundo Albuquerque Junior (2012), a partir do século XVIII a história passou a ser escrita do humano, a ser uma forma de representar, de escrever o humano. A história passou a tratar do passado humano, ou seja, o ocorrido que nos interessa é o passado dos homens. Sendo assim, os homens devem ser tratados e pensados nas suas múltiplas dimensões.

Albuquerque Junior (2012) afirma que a própria escrita da história, a forma de escrever história, tem que se adequar aos novos conceitos da historiografia. Assim como a história que passou a ver o homem como um ser político tinha sua forma de escrever e

seu estilo, quando passou a pensar o homem como fundamentalmente econômico também mudou a sua forma de escrever. Para o autor, a história tem que ser pensada a partir do homem que tem emoção, sensibilidade, a alegria, o medo, ou seja, são diferentes dimensões, o que se entende que o texto de história tem que se adequar a estas variáveis e expressões do ser humano.

Na entrevista, o historiador diz que a história se aproxima da literatura, porque no mundo moderno arrinconou estas outras formas de pensar o ser humano. Se a história tratar dessas dimensões, ela tem que se aproximar e aprender com a literatura e as artes, a como tratar dessas questões e assim ver com esses novos objetos como essa nova forma de ver o humano é necessária.

Em outra entrevista dada, desta vez à *Revista de História* (2010), Durval Muniz de Albuquerque Junior fala sobre sua formação acadêmica. Quando foi questionado sobre suas aproximações e afastamentos das correntes teórico-metodológicas da historiografia: sua formação foi marcada por leituras positivistas e marxistas da história; fez sua graduação no período militar, que foi de 1978 e 1982; a biblioteca que frequentava tinha poucos recursos e menos ainda títulos inspirados no pensamento marxista; também relata que fez a graduação sem ler Marx, pois os livros de Marx não circulavam na universidade; maioria das disciplinas de História do Brasil tinha a bibliografia datada dos anos cinquenta e sessenta, anos dos quais antecedem o golpe militar; e quando a bibliografia não era de décadas recuadas, a maioria era escrita por cientistas, economistas e até mesmo historiadores sem formação no ofício.

Ainda na entrevista, Albuquerque Junior (2010) nos fala que sua formação foi marcada pela influência política, pelo movimento estudantil, pela imprensa alternativa da época, pela participação na criação do Partido dos Trabalhadores, foi decisivo na sua formação do pensamento marxista. Essa tensão entre sua formação estruturalista e seu pensamento pós-estruturalista, nos leva a pensar na complexidade de sua obra. Além de vasta, seus trabalhos chamaram a atenção para uma concepção de história mais militante, subjetiva, afetiva, ciosa dos mecanismos de poder que conformam o social.

### 3.3. A seca como discurso/problema

A dissertação de Durval Muniz Albuquerque Junior (1988), *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino- de problema a solução (1877-1922)*, foi escrita para a obtenção do título de mestrado, como já foi mencionado anteriormente. Esse estudo apresenta todo o percurso que Albuquerque Junior fez em cima do discurso da seca que, como já vimos, tem como marco histórico a seca de 1877; e vamos ver também como se deu o desenvolvimento dessa pesquisa que vai até a seca de 1922.

No seu trabalho, Albuquerque Junior (1988) destaca a seca de 1877 como marco de reconhecimento de um problema que já existia havia muito tempo. Nesse período, foram elaborados vários discursos que falavam sobre a questão da seca. No desenvolver da pesquisa, também faz uma análise do discurso sobre as secas que se destacavam não somente a nível regional, mas também nacionalmente, a partir do século XIX. A partir daí podemos ver como se deu todo um percurso de discussões sobre o fenômeno, até ser considerada como um problema nacional.

Albuquerque Junior ainda destaca a seca de 1877 como não apenas fenômeno natural, mas como um problema social, político e econômico, ou seja, abrange uma grandeza de demandas que envolvia toda a nação. Consequentemente, o que o historiador leva são as reformulações táticas e estratégias do próprio discurso. Então, iremos analisar como se deu o desenvolvimento desse trabalho.

Sendo este um assunto bastante polêmico até os dias de hoje, nada melhor do que estudarmos a dissertação de Albuquerque Junior (1988) para entendermos melhor essas discussões.

A seca é tema de uma vastíssima produção bibliográfica, que engloba desde obras do que chamamos de “historiadores” tradicionalistas ou “oligárquicos”, romancistas, poetas populares, até obras dos que podemos chamar “historiadores críticos”, marxistas e etc.. Nestas obras, a seca foi pensada ora como um simples fenômeno climático, que estava na origem de todos os outros problemas do espaço em que ocorria. Ora como um problema mas vasto, com implicações econômicas, políticas e sociais, ora como simples agravante dos problemas causados por uma estrutura sócio- econômica de exploração e de desigualdades sociais profundas. No entanto, em todas estas

abordagens a seca foi tomada enquanto problema, sem haver um questionamento acerca do fato. As estiagens teriam sido sempre um problema para região que atinge? Embora sejam unânimes em tomar o ano de 1877 como momento a partir do qual a seca passa a se interessar aos poderes públicos, tornando se um “problema nacional”, tal fato nunca foi questionado ou explicado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 2).

Segundo Albuquerque Junior (1988), a bibliografia que trata da seca é enorme no que diz respeito ao fenômeno climático. Posteriormente, constituindo uma história que só se atinha à abordagem econômica, escrita por historiadores tradicionalistas e oligárquicos, deixando a desejar uma reflexão mais característica do imaginário social e de acordo com a história. Para o autor, é necessário analisar a seca não como puro fenômeno natural, mas inserir como fato histórico e social de acordo com as variações, ou seja, com o contexto social de acordo com o tempo em se vive o fenômeno:

Ocorreu, portanto, no final do século XIX, uma mudança na imagem do fenômeno da seca. Para compreender tal mudança procuremos levar a efeito o estudo, sob perspectiva histórica, das diferentes visões que os agentes sociais do seu espaço de ocorrência tinham acerca desta (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 4).

Nesse trabalho, o autor perpetrou uma análise em cima dos principais discursos que falavam sobre o fenômeno das secas, e propôs um novo discurso, diferente da simples explicação que se remetia apenas a um tema repercutido como problema regional e nacional. Então, o que Albuquerque Junior (1988) quer mostrar é um discurso problematizador das discussões que giram em torno de reflexões econômicas e sociais. Não que essas dimensões sejam desnecessárias, mas ela discorda dessa visão ortodoxa que está ligada ao marxismo. Durval Muniz afirma ser necessário recorrermos a um método que faça ligação entre o imaginário e as esferas políticas, sociais e econômicas. Em sua opinião, as manifestações discursivas são também envolvidas por meio de subordinações históricas visíveis que as rodeiam.

O período em que nos detivemos foi 1877-1922. Essa escolha se explica principalmente por ter sido a partir de 1877 que a seca foi transformada em “problema”, passando a partir daí, a ser tema de interesse para a produção discursiva, principalmente dos grupos dominantes. Foi a partir da grande seca de 1877, com toda a conjuntura que a cerca, que podemos perceber a formação de uma nova imagem da seca, veiculada por novos discursos, que vão informando um discurso outro, que chamamos de “discurso da seca” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 8-9).

E continua:

A seca torna-se, pois, o “problema do norte”, explicações para todos os demais problemas. No entanto, as classes dominantes das demais regiões não aceitariam impunemente as alegações das ocorrências das secas e com elas o carreamento de recursos para o norte. Era necessário, pois, articular em torno da seca todo um discurso político que associasse a esta outras reivindicações básicas da classe dominante do norte (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 82).

Nesse sentido, podemos entender no imaginário nortista uma síntese da seca que está associada aos problemas enfrentados com a crise econômica, os conflitos, as dificuldades na estrutura do poder e as variações constantes de ideias, bem como também a escassez, fome, miséria, violência e conflitos. Diante desses questionamentos, Albuquerque Junior (1988) nos revela que a seca passou a ser discutida por grupos sociais que formaram vários discursos, formando também uma figura da seca como problema. Diante dessa análise, não nos resta dúvidas que esse discurso se deu a partir da seca de 1877.

O discurso da seca era apresentando como um problema ganhando repercussão nacional quando a classe dominante enxergou nela uma forma de conquistar benefícios políticos, econômicos e restaurar a preeminência do interior da região que estivera ameaçada pelo crescimento econômico e político do Sul/Sudeste. Por isso, segundo o autor, a seca passa de problema à solução para as elites nortistas.

Albuquerque Junior (1988) também explica como se deu o discurso popular que diferencia as ações do retirante e do bandido, significando que o primeiro comete o crime por necessidade e fome por causa da seca; já o segundo pratica crimes por má intenção e

sem necessidade, infringindo as leis. Sendo assim, essas grandes viagens de retirantes se justificavam pela fome, mesmo que fossem rompidas com a ordem. Para os pobres isso acontecia por causa do mau patrão e pelo governo que não ajudava. Portanto, Albuquerque Junior diz que a esse discurso popular se somam os discursos da Igreja, do Estado, dos técnicos etc:

O discurso da Igreja tenta coibir tanto o ateísmo, o materialismo das elites, como o fanatismo das camadas populares, ameaçando todos com a ira divina e a eminente perdição do homem por causa do pecado. A crise é vivida por alguns membros da Igreja, mas ligados as camadas populares, como sinal do fim dos tempos ou final do milênio, o que os incitava a práticas consideradas fanáticas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 175).

Albuquerque Junior também aborda o discurso técnico que se desarticula do nível natural e passa para o social, tomando de exemplo os Estados Unidos, onde a técnica para o fenômeno da seca a faria deixar de existir. A preocupação era que a seca não influenciasse na paralisação do desenvolvimento, pois a seca não existiria mais como um problema para o “homem do norte”.

Ainda no final do século XIX, os técnicos pensavam em eliminar esse fenômeno, de forma a extinguir os problemas econômicos e sociais. Os técnicos visavam um meio de convívio com a seca, de forma que numa sociedade desenvolvida a seca não afetasse de forma devastadora o seu progresso, já que seria uma sociedade fortalecida e preparada (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988).

No discurso literário, Albuquerque Junior (1988) explica como a elite intelectual instruiu o homem pobre, fazendo com que esses fossem orientados pela elite, colaborando com a sociedade para que a seca fosse um momento normal de dominação e produção. Sendo assim, os literários explicavam que ao acabar com a seca, iria acabar o caos que ela provocava, ou seja, transformar os valores e relações sociais dominantes, também o lugar e a rotina do social.

O discurso oligárquico é analisado pelo autor quando busca, por meio da pesquisa, pensar o sertanejo e o nortista. Para ele, o Estado procura manter um controle social através da elaboração de estratégias a fim do controle dos homens pobres. A seca



para as oligarquias era temida devido à desordem que causava, e tinham a percepção de que era necessário manter-se a ordem ou controle social, já que a desordem era o aspecto que transformava a seca em problema. Portanto, assim como a crise econômica e política era resolvida com trabalho, obras, instituições políticas e a presença das oligarquias, a crise social tinha que ser combatida através da elaboração de estratégias para manter o controle social.

A relação entre a prática e o discurso, de acordo com Durval Muniz, é necessária. A prática é considerada como sendo fundamental na reelaboração dos discursos, porque a eficiência da estratégia do discurso pode ser estudada pelas implicações práticas que acarreta. Levando em conta que a prática pode surgir a redefinir a estratégia do discurso:

Ao longo do trabalho, analisando cada discurso, podemos notar que em todos está presente uma imagem da seca, que evolui conforme questões concretas são colocadas por cada momento histórico; todos os discursos apresentam causas e buscam soluções para o “problema”; falam da modernização que se esboça na região, ou apoiando-a e buscando definir seus caminhos, como nos discursos oligárquicos, técnico e literário ou a ela se opondo e defendendo o “mundo tradicional”, como no discurso popular e no da Igreja. Preocupam-se todos com a questão do trabalho, embora valorize diferentes formas de trabalho, ou seja, autônomo para o discurso popular e o trabalho disciplinado para os demais discursos; abordam a questão do controle social, buscando todos eles elaborar estratégias de controle que mantivessem ou viessem a constituir a sociedade desejada por cada um (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 412).

O “discurso da seca”, para o autor, não pode ser pensado somente por um grupo social ou apenas por uma classe dominante, pois fazem parte desse discurso o homem pobre, os técnicos, a Igreja, os escritores, as oligarquias regionais, são todos agentes desse discurso, que o seguem e o fazem dominante. Foi observado que, dependendo de quem fala, são adicionados objetivos e estratégias diferentes para a busca por interesses.

Diante desses discursos, Albuquerque Junior (1988) nos aponta a Igreja, o escritor e o técnico como agentes desse “discurso da seca”, pelo qual todos buscavam responder a determinados interesses e angústias que o momento histórico levava a cada um e isso teria que ser movido por várias estratégias e astúcias que visavam alcançar os objetivos estratégicos.

Durval Muniz de Albuquerque Junior (1988) finaliza sua análise sobre o “discurso da seca” dizendo que o homem, diante do devir histórico, do futuro duvidoso, sempre se remete a angustia. Mesmo que sempre pense que pode decidir a direção do seu futuro, busca a realização de seus próprios interesses com astúcia. A análise feita na dissertação de Durval Muniz de Albuquerque Junior está ligada a todos os capítulos de seu trabalho, pois a todo o momento explica que, mesmo de forma distinta e ao mesmo tempo relacionados, os problemas da seca eram discutidos, reelaborados e abordados desde a origem destes discursos específicos sobre a seca, seus problemas, suas soluções e suas propostas, procurando também mostrar a participação de dominantes e dominados nessa história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos a seca e suas dimensões a partir de como os administradores e técnicos falavam do tema: apenas enquanto fenômeno climático. Consideramos também que alguns historiadores tradicionais pensavam a seca como natural, enquanto outros pesquisadores pensam a seca como um problema regional. Por conta da repercussão desse tema de grande destaque, nós buscamos explicá-lo por meio de estudos realizados por historiadores como Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Durval Muniz de Albuquerque Junior, que são considerados importantes pesquisadores da historiografia brasileira e fundamentais no trajeto dessa pesquisa.

Esse trabalho buscou compreender que, no período colonial, a história da seca era escrita apenas como fonte de dados, de previsões climáticas etc. Mas em 1877, fim do período imperial, podemos perceber que essa visão de seca começa a sofrer alterações, se desprendendo das questões climáticas. Assim, com o passar dos tempos, é preciso mudanças na escrita da história da seca. Devido às necessidades de entender a seca por outros questionamentos, abrangendo esse assunto como fato social e político, não mais apenas natural, essa pesquisa se deu de forma a analisar a história da seca partindo da perspectiva de Lúcia Ferreira e de Durval Muniz Junior. Ambos buscam entender a seca em suas diversas dimensões, tanto política como social.

Ferreira nos chamou a atenção para uma visão política da seca, destacando a formação de uma indústria da seca. Por sua vez, Albuquerque Júnior procurou mostrar como a seca emergiu historicamente como um problema nacional. Problematizando os discursos em torno da seca, ele nos propôs pensar a seca como um problema social, político, econômico e, sobretudo, histórico.

As obras dos historiadores Lúcia Ferreira (1993) e Albuquerque Júnior (1988) são de grande importância para historiografia brasileira, pois buscam analisar e apresentar a história da seca no sentido mais amplo que não se prenda apenas a questões climáticas, sendo assim ambos trabalham na perspectiva de analisar a seca de 1877 a 1922 através de uma visão política e social.

Portanto, essa pesquisa conclui que a seca é ainda uma questão atual, mas continua sendo referenciada por situações do passado. Essas heranças podem ser percebidas por

nossos políticos que ainda se utilizam da seca como problema para obtenção de vantagens próprias. Por outro lado, mesmo ainda estamos presos às raízes da seca, novos discursos historiográficos se formulam, ajudando a ampliar nossas interpretações sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Henrique Catraio Monteiro. 60 anos de “Coronelismo”, Enxada e Voto: A contribuição da obra e do autor. **VoxJuris**. Ano 2, v. 2, n. 1, pág. 415-418, 2009. Disponível em: <<http://mariliacoltri.blogspot.com.br/2012/08>>. Acesso em: 5/11/2014.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Falas de astúcia e de angústia: A seca no imaginário nordestino- de problema a solução (1877-1922)**. 1988. 449 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1988.

ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e seus problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980.

ALVES, Joaquim. **História das secas (século XVII a XIX)**. Mossoró: ESAM, 1982.

BRINCANDO DE IR AO PASSADO: entrevista com o Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior. **Territórios e Fronteiras**. v. 5, n. 2, [s. p.], 2012.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado**. 1. ed. São Paulo: [s. e.] 1998.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. O Problema das Secas. Conferência pronunciada em 1913. In: SOUZA, Eloy. *et al.* **Memória da seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1980, p. 110.

MARTINEZ. Paulo Henrique. **VILLA, Marco Antônio. Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 251-254. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10922.pdf>>. Acesso em: 20/11/2014.

NA TERCEIRA MARGEM DO RIO: uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Jr. **Revista de História**. v. 2, n. 1, p. 145-157, 2010. Disponível em: <[http://www.revistahistoria.ufba.br/2010\\_1/e01.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_1/e01.pdf)>. Acesso em: 15/11/2014.

LATTES. **Durval Muniz de Albuquerque Junior**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7585947992338412>>. Acesso em: 02/11/2014.

\_\_\_\_\_. **Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9630997330182453>>. Acesso em: 02/11/2014.

PORTAL CONCEITO DE Seca. Disponível em: <<http://conceito.de/seca>>. Acesso em: 10/10/2014.

PORTAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA. **Memorial do IHGP:** edição comemorativa do centenário de fundação do IHGP-1905/2005. Disponível em: <<http://ihgp.net/memorial7.htm>>. Acesso em: 20/10/2014.

PORTAL UFRN/SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. **Durval Muniz de Albuquerque Junior.** Disponível em: <<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=336185>>. Acesso em: 07/11/2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira.** São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social,** São Paulo, v.7, n. 1-2, p. 67-82, 1995.